

Guia de Estratégias para o
cidadão preocupado

LIXO

CIDADANIA

PODER LOCAL



OSISA
Open Society Initiative
for Southern Africa



INTRODUÇÃO

- O problema do lixo em Luanda
- Estratégias e soluções:
 - Cidadania e poder local
 - Mobilização cívica
 - Empreendedorismo
 - Arte e visual



Em 2021, verificou-se em Luanda uma crise sanitária que acrescentou ainda mais sofrimento causado pelo COVID19 aos cidadãos angolanos. Problemas com a contratação e gestão de empresas de recolha de resíduos sólidos levaram a uma acumulação de lixo insustentável por toda a cidade. No entanto, como qualquer luandense sabe, o "problema do lixo" de 2021 é mais um episódio numa longa história de problemas de gestão de resíduos, más práticas ambientais e falta de respeito pelas condições sanitárias dos cidadãos, levando a um constante aumento de doenças e mortalidade entre os cidadãos - não só em Luanda mas por todo o país. Coloca-se, portanto, não só como um problema geral de direitos humanos - o direito à vida e à saúde - mas também e especificamente como um problema de governação e cidadania.

A 1 de Julho de 2021, organizado pela Terceira Divisão e pelo Projeto Ambuíla, e com o apoio da Universidade de Gotemburgo, realizou-se no Instituto Mosaiko (Estalagem, Km.12), o **Onjango Lixo, Cidadania e Poder Local**, onde se debateram possíveis estratégias e planos de ação contra a crise do lixo. O evento contou com contribuições de: Hitler Samussuku, Israel Campos, Cláudio Fortuna, Chloé Buire, José Gomes Hata e Ruy Llera Blanes. Colocaram-se as seguintes questões:

- Tendo em conta que o saneamento básico e a saúde são direitos universais e básicos, que tipo de responsabilização pode ser exigida aos governadores e aos cidadãos para o problema do lixo e outros problemas ambientais/sanitários?
- O que é que um modelo autárquico pode contribuir em termos de resolução do problema do lixo? Como é que se pode construir uma cidadania ativa em torno dos problemas ambientais/sanitários que a afetam?
- Para além das iniciativas e reformas legislativas, que estratégias de curto, médio e longo prazo podem ser desenvolvidas?
- Como enquadrar as particularidades inerentes aos contextos urbanos e rurais?

Neste documento apresentamos uma síntese da discussão e uma guia de estratégias ativistas, com o objetivo de tornar a questão do lixo um eixo central nas preocupações dos angolanos. As estratégias estão organizadas em torno dos eixos temáticos: Cidadania e Poder Local; Mobilização Cívica; Empreendedorismo; Arte e Expressão Visual.

CIDADANIA E PODER LOCAL

Do ponto de vista da sua governação, Angola é um país caracterizado pelo **excesso de centralização do poder** e pela simbiose entre regime, governo e partido. Neste contexto, o espaço público e a manobra de ação da cidadania encontram-se limitados por vários processos, tais como a restrição das liberdades de reunião e expressão, e a falta de participação cívica nos processos governativos locais, provinciais e nacionais.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista do direito à saúde e à vida, Angola é um país com um historial de **necropolítica**, cujos cidadãos estão recorrentemente expostos a pobreza extrema, insalubridade e doença. Por exemplo, em 2021, Angola consta no lugar 184 de 193 em termos de esperança média de vida à nascença (52 anos), e o lugar 195 de 201 em termos de índice de mortalidade infantil. Para além da acumulação de lixo nas ruas, a falta de saneamento básico, assim como a insuficiente capacidade de resposta dos serviços de saúde, explicam estes números.

Ao mesmo tempo, como é sabido o “problema do lixo” também tem produzido **consequências políticas**, causando demissões (em particular de governadores de Luanda) e revelando situações de compadrio, favorecimento económico e corrupção. Neste sentido, reconhece-se no lixo uma dimensão política que importa ter em conta..

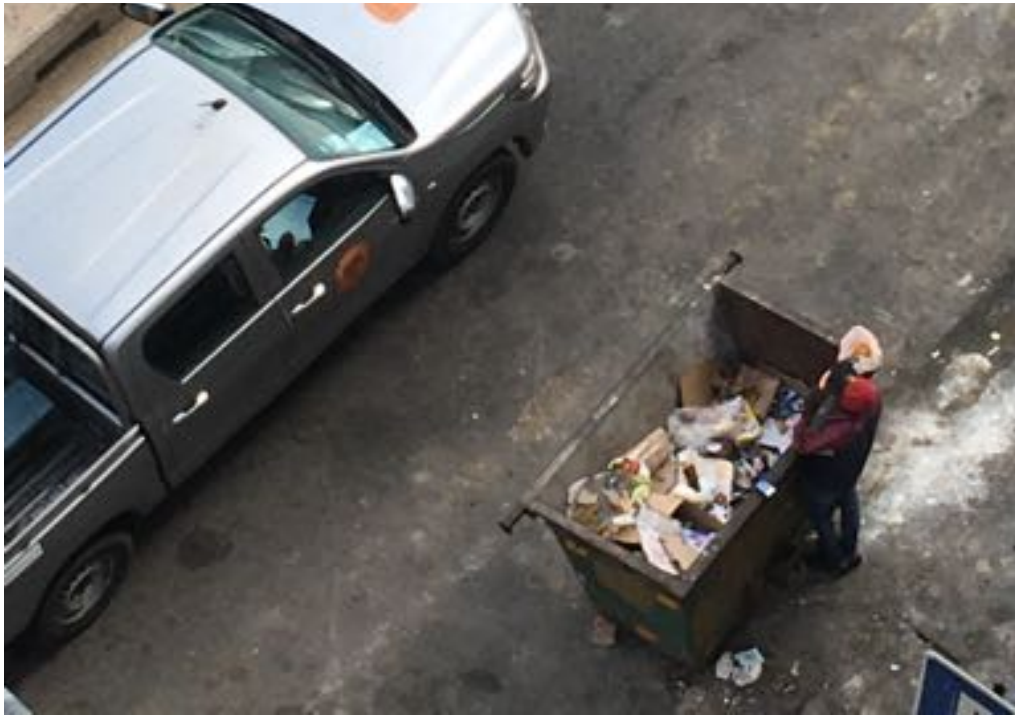
Entretanto, Angola vive um momento de **revisão constitucional**, tendo em vista a futura implantação de um modelo autárquico, que em teoria permitirá uma maior participação cívica na organização e gestão

administrativa do país. Neste contexto, trata-se de um momento único na história do país, que abre algumas possibilidades para o desenvolvimento da sociedade civil angolana. Trata-se, portanto, de um momento para a ação no que diz respeito a questões de saúde e ambiente.

Neste contexto, um ponto de partida para qualquer exercício de cidadania é o **conhecimento**, sem o qual não é possível fazer uma exigência, fiscalização ou responsabilização.

Aqui, o papel da **educação ambiental** é importante, na medida em que nos permite ter uma noção concreta das causas e consequências da poluição, e em particular do lixo. Igualmente, permite-nos ser mais pró-ativos na procura de soluções para o problema. Por outro lado, apesar de enfatizar o papel do indivíduo nas questões ambientais, também corre o risco de desviar o foco dos principais atores no processo: o Estado e a esfera empresarial. Quem são os principais produtores de lixo no país, os cidadãos ou as empresas? A quem cabe o papel de recolher e gerir esse lixo?

Neste contexto, a educação ambiental não deve servir apenas para criar iniciativas de limpeza urbana, mas também e sobretudo para exigir e responsabilizar quem de direito.



1. Conhecimento é poder

- Conhecimento do impacto do lixo no ambiente, e na nossa saúde e doença: patologias associadas, consequências a curto, médio e longo prazo para o nosso corpo.
- Conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, à luz da Constituição da República de Angola.
- Conhecimento de instituições, procedimentos administrativos e respetivas obrigações: quem gere a recolha e gestão do lixo? Como são distribuídas as competências e responsabilidades?
- Conhecimento das leis específicas, de âmbito nacional e internacional:
 - A **Constituição da República de Angola**, que consagra (artigos 21. e 39.) o direito do cidadão de viver num ambiente sadio e não poluído
 - A **Lei de Bases do Ambiente**, que define que “a protecção do Ambiente é um objectivo prioritário do Estado Angolano, que deverá garantir a sua preservação com vista a promover um desenvolvimento sustentável”.
 - A **Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018-2030**, no seguimento do Acordo de Paris, no âmbito da participação de Angola na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

Outras legislações relevantes: Lei de Terras; Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário; Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo; Lei das Águas; Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos; Lei das Actividades Geológicas e Mineiras; Lei das Actividades Petrolíferas.

2. Exigência, fiscalização, responsabilização

- Quais são as entidades nacionais responsáveis?
 - Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente
 - Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
 - Ministério da Energia e Águas
 - Ministério dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás
 - Ministério das Indústrias
 - Governos Provinciais
 - Administrações Municipais e Comunaes
- Como é que a responsabilidade da gestão do lixo é distribuída? Quem são os encarregados? As leis estão a ser cumpridas, ou existem violações? Os contratos estão a ser cumpridos? O orçamento está a ser usado? O processo é transparente?
 - Elabore um **mapa de problemas**, atores e obrigações: decisores, empresas, localizações.
 - Faça um acompanhamento, à luz do OGE e outros instrumentos fiscais, das **condições financeiras para a gestão do lixo**.
 - O problema identificado configura um crime, à luz do Código Penal Angolano? Dirija-se à sua administração local e denuncie ou exija explicações.

3. Reforma

- À luz dos enquadramentos institucionais, legais e financeiros, o que é que está mal e o que é que pode ser melhorado?
- Tendo em conta a recente reforma constitucional e os pacotes legislativos tendo em vista as eleições autárquicas, de que modo é que a questão do lixo está a ser equacionada ou querida?



MOBILIZAÇÃO CÍVICA

Angola é um país com excesso de **centralização do poder**, e com pouco espaço para a liberdade de expressão, reunião e manifestação. Apesar da aprovação do artigo 42º na revisão constitucional de 2010, que protege esses direitos, o historial posterior de repressão de manifestações e protestos demonstra a dificuldade do exercício destes direitos. Por exemplo, a 11 de Novembro de 2020, dia da celebração dos 45 anos da independência de Angola, o jovem ativista Inocêncio Matos morreu como consequência da ação repressiva da polícia contra manifestantes

Por outro lado, a sociedade civil angolana tem vindo a desenvolver estratégias de denúncia e manifestação através de várias plataformas, alternando entre ações mais simbólicas e ações mais concretas. A persistência dos ativismos na **ocupação do espaço público** acabou por forçar debates importantes no setor político, em particular no que diz respeito ao acompanhamento e fiscalização da ação governativa. Neste contexto, urge **tornar o lixo num problema político**, ao ponto de merecer a atenção devida tanto de governantes como dos restantes partidos do arco parlamentar, e continuar a trabalhar em estratégias de mobilização, tanto na perspetiva da denúncia como da procura de soluções parciais e gerais para o problema do lixo.





1. Formas de protesto

Uma das formas de protesto mais visíveis e impactantes é a **manifestação de rua**, que ocupa os espaços públicos. O espaço público tem uma carga simbólica e visibilidade mediática importante. No entanto, como referimos acima, Angola tem um historial pesado de repressão violenta de tentativas de manifestação. Urge, portanto, ser criativo na forma de manifestação, procurando chamar a atenção para o problema do lixo. Por exemplo:

- O próprio **lixo pode ser usado como arma de protesto**, sendo recolhido e colocado em locais de maior visibilidade e carga simbólica.
- **Formas de protesto virtuais** (através das redes sociais) ou **escritas** (através do envio massivo de denúncias às instituições públicas).
- Organização de petições públicas ou abaixo-assinados.

2. Tecnologias de comunicação

Hoje em dia, as redes sociais criaram um espaço novo de comunicação e partilha de informação que permite a emergência de novos tipos de mobilização, seja física ou visual. Por exemplo, em 2015 ficou conhecida a campanha "**Selfie-Lixo**", que foi mostrando uma Luanda não vista ou representada nos meios de comunicação convencionais. Sugerem-se portanto campanhas semelhantes, tais como:

- **Registo e denúncia de atos de poluição**, seja a nível individual como coletivo, com a publicação de cartas de denúncia às autoridades.
- Campanhas de **tagging** de instituições públicas e/ou governantes.

3. Liderança local

O lixo é um problema global, mas com reflexos a nível local. É fundamental que a denúncia do lixo parta de uma mobilização localizada, estruturada em torno de comunas, distritos ou províncias, de forma a identificar e localizar problemas, processos e atores. Por exemplo:

- Só o cidadão residente local conhece de forma transversal os problemas locais e a sua evolução temporal. Quando é que o lixo começou a ser um problema no bairro? O que é que mudou a nível local para que tal acontecesse?
- Só o cidadão residente local conhece os intervenientes no processo a nível pessoal.
- Só o cidadão residente local pode mobilizar a comunidade local para as causas locais.

4. Arquivos de denúncia

A identificação de problemas e respetiva denúncia não pode ficar pela típica “boca” ou comentário. É importante criar um “**arquivo**” que se possa entender as mudanças que criaram o “problema” e também servir para posterior denúncia e responsabilização, através da listagem de situações problemáticas. Em muitos casos, esta denúncia poderá ter consequências judiciais e os prevaricadores deverão assumir as mesmas.

- **Arquivo digital:** utilização de plataformas de redes sociais para arquivar, sistematizar e publicitar a identificação e denúncia de problemas.
- **“Mapa do lixo”:** utilização de tecnologias de mapping e geotagging para localizar e visibilizar situações particularmente problemáticas, e ao mesmo tempo servir de registo para posterior acompanhamento.

5. Ação judicial

Uma dimensão importante do ativismo é o conhecimento e uso dos instrumentos legais disponíveis no país, que permite criar e sustentar argumentos no processo de responsabilização do Estado e das empresas. Nomeadamente, o enquadramento jurídico referido acima: desde a **Constituição da República de Angola** à **Lei de Bases do Ambiente** e outras legislações relevantes tais Lei de Terras; Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário; Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo; Lei das Águas; Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos; Lei das Actividades Geológicas e Mineiras; Lei das Actividades Petrolíferas.

6. A autarquia

Tendo em conta o horizonte de reorganização político-administrativa que se avizinha em Angola, urge investigar de que modo é que o problema do lixo e saneamento básico é definido e distribuído em termos de **competências e responsabilidades** a nível local. Neste contexto, trata-se de uma oportunidade única para que o ativismo se engaje de forma pró-ativa na governação local, por exemplo através de:

- Candidaturas a autarquias, com agenda ambientalista.
- Criação de plataformas, grupos de interesse, ONGs ou movimentos associativos como interlocutores dos poderes públicos.
- Acompanhamento e fiscalização dos programas de governo autárquicos com foco específico na questão do ambiente e saneamento básico.

EMPREENDEDORISMO

O lixo é um problema que afeta a vida dos cidadãos de forma séria, com consequências sobretudo ao nível da saúde. No entanto, também pode ser entendido como uma **oportunidade**. Hoje, existe a nível global uma **"indústria do lixo"** que desenvolve atividades económicas em torno da gestão, eliminação ou reciclagem do mesmo. Em Angola, para além de empresas de recolha de lixo que operam a nível municipal, existem poucos projetos que explorem as potencialidades do lixo em termos de reciclagem, re-uso ou mesmo armazenamento e destruição. Quanto ao lixo que é recolhido: o que acontece uma vez ele chega ao aterro?

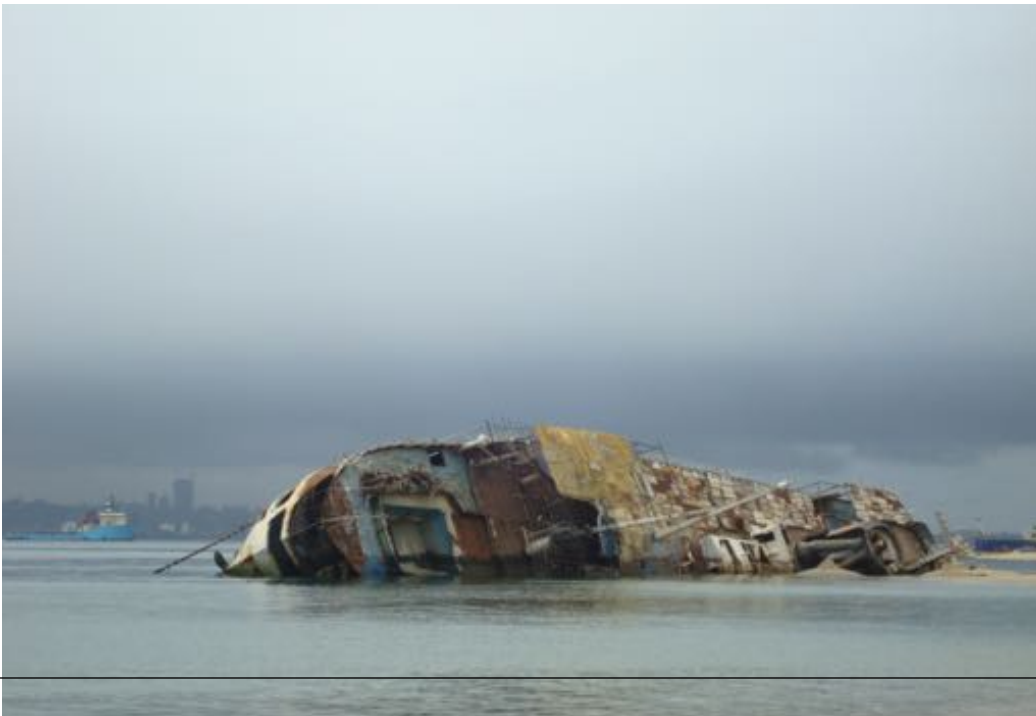
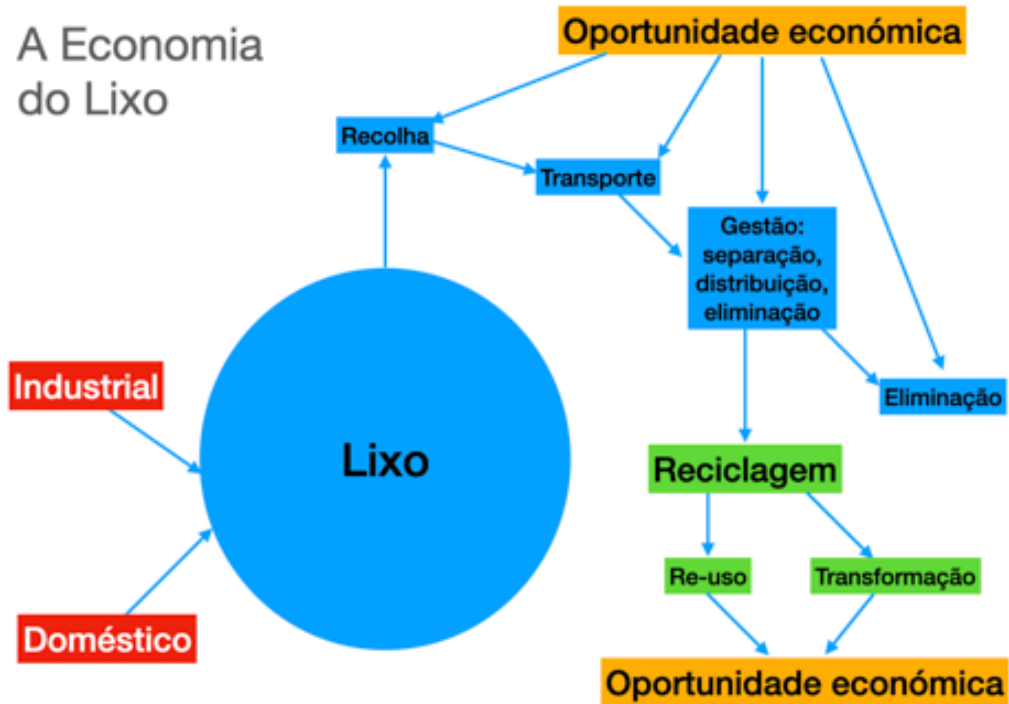
Por outro lado, também é verdade que existe já uma **"economia social"** que mobiliza as famílias e bairros na gestão do lixo, perante a histórica inoperância das entidades responsáveis. Infelizmente, também há muitas famílias que subsistem através da pesquisa e recolha de comida e outros objetos nos aterros sanitários, por exemplo nos Mulenvos em Luanda. Neste contexto, é importante consciencializar as comunidades para diferentes formas de desenvolver atividades económicas com o lixo, nomeadamente através da **integração do mesmo no atual tecido sócio-económico local**, estabelecendo parcerias com empresas existentes ou criando empresas novas para diferentes setores da economia do lixo. Esta atividade deverá ser, em qualquer caso, **dignificada** do ponto de vista

dos direitos laborais e **segura** do ponto de vista da segurança no trabalho.

Esta **pró-atividade**, por sua vez, permitirá colocar pressão sobre as autoridades públicas, no sentido em que as obriga ou a aceitar essa atividade ou a desenvolver uma alternativa institucional para a mesma.

Existem **verbas mais que suficientes no Estado** não só para multiplicar os recursos para a gestão do lixo, como para investir na economia verde. Por exemplo, à luz do OGE de 2018, apenas 7% do mesmo foram destinados à Saúde, e 0,19% à proteção ambiental (num país cuja principal fonte de rendimento é a atividade extrativa), enquanto que a rubrica de Defesa, Segurança e Ordem Pública levou 20%. É necessária uma **mudança de mentalidade**, não só ao nível da cidadania mas do próprio Estado.

A Economia do Lixo



1. Economia social do lixo

- Mobilização popular para a economia do lixo, através do desenvolvimento de atividades económicas, em parceria ou substituição das empresas existentes a nível local: recolha, distribuição, separação.

2. Indústria do lixo

- Qual é a atual "indústria do lixo" em Angola? Existem empresas e meios suficientes para os diferentes setores, ou há algum elemento da cadeia em falta?
- Há espaço para a criação ou promoção de empresas para a recolha, reciclagem e transformação do lixo?

3. Economia verde

- Re-uso de materiais básicos (vidro, madeira, metal, pneus, etc.), por exemplo para a construção, obras públicas, artes manuais, mobiliário, artesanato, etc.
- Fomentar alternativas ao consumo de plástico, por exemplo através da produção e incentivo ao uso de sacos de papel ou pano; e aumentar o re-uso em vez de materiais descartáveis.

4. Integração no tecido sócio-económico local

- É possível criar parcerias, obter financiamentos ou subsídios de empresas relevantes no setor local?
- É possível criar empresas novas neste âmbito?
- É possível usar a maquinaria industrial existente no tecido sócio-económico angolano para a economia verde ou a indústria do lixo?

ARTE E VISUAL

O lixo faz parte do nosso cotidiano. Neste sentido, está intimamente ligado à nossa experiência da cidade, produzindo em nós várias **sensações e emoções** - desde a vergonha ao conformismo por viver e trabalhar no meio do lixo, à indignação que nos leva a mobilizar para denunciar a situação ou procurar problemas.

É neste sentido que frequentemente o lixo se torna um “problema” a nível público: quando começa a ser visível em lugares onde não é “suposto” existir. Nomeadamente, na Angola dos grandes projetos imobiliários, dos condomínios de luxo e dos hotéis de 5 estrelas.

Neste contexto, o lixo incorpora uma **dimensão estética com capacidade de impacto**, tanto a nível social como político, em particular pela **dimensão simbólica** que pode atingir. Pode, então, ser usado por artistas angolanos, tanto como fonte, meio ou matéria para as suas criações artísticas. Propõem-se aqui alguns exemplos que possam servir de inspiração a artistas angolanos genuinamente preocupados com o problema do lixo.



1. Arte como denúncia e sensibilização

- Uso do **grafitti** e **pichagem** para elaboração de mensagens diretas de denúncia, por exemplo em locais onde se verificam crimes ambientais.
- Promoção de **eventos** (exposições, lançamentos, curadorias, etc.) temáticos.
- Criação do **"museu do lixo"**, assente na recolha e curadoria de lixo para uma reflexão sobre hábitos de consumo, poluição e degradação ambiental.

2. Atos simbólicos de denúncia

- Introdução do lixo como tema de reflexão artística em projetos e exposições.
- Recriação ou re-interpretação de obras artísticas (pictóricas, escultóricas, etc.) de referência no panorama angolano, mas utilizando como meio físico o lixo.

3. Re-uso de materiais para projetos artísticos e manualidades

- Seleção e separação de materiais (madeira, borracha, vidro, metal, plástico) para re-uso para projetos artísticos, por exemplo no âmbito de atividades pedagógicas.



SÍNTESE



Não é inevitável conviver quotidianamente com o lixo em Angola. A resolução do problema do lixo em Luanda passa essencialmente pelos seguintes **cinco passos**:

(1) **Conhecimento** das consequências do lixo para o ambiente e a nossa saúde, do enquadramento jurídico e das responsabilidades para a sua gestão.

(2) **Mobilização** para não só protestar contra o problema do lixo, mas também para mudar práticas e mentalidades, e criar novas oportunidades a partir de um espírito ecológico.

(3) **Fiscalização** para não só chamar a atenção para crimes ambientais e sanitários, mas também para responsabilizar quem de direito.

(4) **Exigência**, para pressionar os agentes (privados e estatais) não só para mudarem as suas práticas, mas também e sobretudo para mudarem as suas mentalidades.



Ficha Técnica

Contribuições: Ruy Llera Blanes,
Hitler Samussuku, Cláudio Fortuna,
Chloé Buire, Israel Campos, José
Gomes Hata

Fotografias: Ruy Llera Blanes, Hitler
Samussuku, Israel Campos

Apoio/Organização: Instituto
Mosaiko, Terceira Divisão, Projeto
Ambuíla, Universidade de
Gotemburgo,
Open Society Initiative for Southern
Africa